

Falta quorum e Constituinte não trabalha

A sessão da Constituinte de ontem de manhã, em que seriam votados os pontos mais polémicos, como os direitos trabalhistas e sociais, foi suspensa por falta de quorum. A decisão foi tomada em uma reunião de líderes com o presidente da Assembleia, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), depois de ser constatado que apenas 216 parlamentares estavam no Congresso (o quorum mínimo para qualquer votação é de 280 constituintes em plenário). O deputado Amaral Netto (PDS-RJ) sugeriu a Ulysses que se divulgue diariamente uma lista dos que não estão comparecendo às sessões.

A reunião foi marcada para tratar dos temas principais que serão votados no Título II do projeto de Constituição, como estabilidade no emprego e imprescindibilidade das ações trabalhistas, entre outros. Entretanto, nenhum desses temas, considerados bastantes polémicos e onde se procura chegar a um acordo que facilite a votação, foi tratado. A conversa ficou transferida para hoje e amanhã e a sessão suspensa e marcada para segunda-feira às 15h00. Até lá Ulysses Guimarães procurará convencer as lideranças a se entenderem para facilitar a votação.

O deputado José Genoíno Neto (PT-SP) arrancou um compromisso formal de todos os líderes para que a votação do Título II comece mesmo na segunda-feira, já que havia intenção do Centrão em não realizar a sessão na terça-feira. Genoíno e o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), acham impossível que se chegue a um acordo até lá.

Adiamento

O adiamento da votação de ontem foi proposto pelo senador Mário Covas (PMDB-SP) e pelo Centrão. Os motivos, entretanto, foram diferentes. Covas achou que não poderia votar no substitutivo do grupo sem um acordo prévio e o Centrão temia que, não tendo quorum para votar, a sessão fosse interrompida e assim ter de garantir a participação de todos os seus integrantes na segunda-feira. Caso contrário, o que prevaleceria seria o texto do atual projeto. Com a votação adiada não se corre esse risco, pois se não houver quorum, na terça-feira, a maioria absoluta está garantida.

A ideia de Amaral Netto de divulgação diária da lista dos ausentes, encampada pelas outras lideranças não entusiasmou o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães disse que a Mesa da Assembleia registra quem está presente e ausente das sessões e quem quiser, pode pegar a lista. Afirmou que ontem mesmo ia telefonar a todos os parlamentares para que estivessem em Brasília na segunda-feira. Na suspensão da sessão, o deputado Otávio Elísio (PMDB-MG) ainda tentou que se fizesse a chamada para que ficasse claro o nome dos ausentes, mas Ulysses não o atendeu.

Fugas de Brasília têm muitas versões

Parlamentares de esquerda — como o líder do PDT, Brandão Monteiro (RJ), e o vice-líder do PT, José Genoíno (SP) — têm repetido que as dificuldades de quorum às segundas e sextas-feiras decorrem da fuga de Brasília de um grande número de constituintes que são empresários e que vão para os estados cuidar dos seus negócios. A esse fator se juntaria a intencionalidade de uma parcela de representantes do Centrão interessada em retardar os trabalhos da Constituinte para, com isso, inviabilizar a realização de eleições presidenciais este ano.

Para o deputado José Costa, do PMDB, a explicação está, entre outros fatores, na necessidade que muitos deputados sentem de dar assistência às bases e às famílias que residem nos estados ou estão de férias no litoral.

Embora mal saídos de uma eleição, muitos deputados não querem se afastar das bases, com medo de perdê-las, temor que, segundo José Costa, cresceu na atual legislatura, diante do elevado índice de renovação registrada na Câmara — perto de 70%.

José Costa acrescenta que os deputados estão sujeitos ainda a compromissos sociais ou ao comparecimento a eventos da região em que são eleitos, como a festa da padroeira ou aniversário do município.

Semana passada, o deputado Roberto Cardoso Alves, do Centrão, procurava demonstrar que a esquerda é sempre mais presente em Brasília porque seus integrantes "já comem e dormem política", enquanto entre seus parceiros conservadores há muitos empresários e profissionais liberais que vão para os Estados cuidar das suas atividades.

Na realidade, o fenômeno não é novo. Os fins de semana sempre foram vazios no Congresso, especialmente depois de 1968 e durante muitos anos esse costume foi incorporado pelo hoje presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. Até o início da legislatura passada, apesar de suas responsabilidades de presidente do maior partido da oposição, Ulysses, salvo raríssimas exceções, raramente era visto em Brasília, nos fins de semana e às segundas-feiras, mesmo quando ocorriam graves crises institucionais no País.



O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães reuniu líderes e decidiu não realizar sessão

Tumulto impede governadores de fixarem posição sobre mandato

Belo Horizonte — O governador Fernando Collor de Mello, de Alagoas, alterou ontem toda a pauta e o clima da reunião do Conselho Deliberativo da Sudene, realizada em Montes Claros, norte de Minas, com a presença de três ministros e 13 governadores. Patrocinado por Newton Cardoso, de Minas, Gerais, o encontro se transformou num palco para troca de agressões verbais e não serviu para a discussão do item principal da pauta: a duração do mandato do presidente Sarney e a definição entre os sistemas parlamentarista e presidencialista de Governo.

Em meio ao clima tenso, os governadores conseguiram definir a criação de uma frente para apressar os trabalhos da Constituinte e garantir, no plenário, a manutenção da proposta sobre a reforma tributária, feita pela Comissão de Sistematização.

Collor, que quer a "saída já" de Sarney, depois de reiterar suas denúncias contra as retaliações que vem sofrendo do Palácio do Planalto, atacou duramente o governador do Território de Fernando de Noronha, Fernando César Mesquita, que saiu em defesa do presidente Sarney. "Sou governador eleito pelo povo e não um mandatário de capitania que tem que prestar vassalagem ao dono da corte diariamente, afirmou o governador de Alagoas. Mesquita retrucou, acusando Collor de não permanecer em Alagoas.

Bate-boca

Logo que começou a falar, Fernando Collor deixou claro que não compartilhava com os objetivos da reunião, deu parabéns a seu colega Newton Cardoso, por não ter colocado em discussão, num encontro realizado no dia anterior, em

Belo Horizonte, a questão da duração do mandato do presidente Sarney. Deu também um basta à corrupção que disse ver hoje no Palácio do Planalto e foi o único aplaudido por um auditório de cerca de 200 pessoas, no Automóvel Clube de Montes Claros. O presidente da Confederação Nacional do Comércio, Francisco Usini, interrompeu o orador para se confraternizar com Collor.

O Governador de Alagoas provocou um grande silêncio ao ameaçar citar testemunhas "das retaliações" contra o seu Estado. "Não citarei os nomes para não criar constrangimento, mas aqui na mesa existem pelo menos duas pessoas que já me disseram: os problemas de Alagoas estão no Palácio do Planalto, é só conversar com o ministro Costa Couto" — ressaltou.

Ele disse que irá repelir sempre com veemência quem mereça, todos os seus perseguidores, e citou um: o ministro Prisco Viana, da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente. Segundo ele, Prisco segurou vários projetos de Alagoas.

Depois do ataque de Collor, o governador Fernando César Mesquita, de Fernando Noronha, tirou do bolso do colete um papel datilografado e, lendo-o, passou a relacionar vários recursos liberados pela União para o Estado de Alagoas. Fez com ironia, um elogio ao governador Collor "que não conseguiu eleger Paulo Maluf para presidente da República e agora deve conseguir eleger a si próprio", disse que a culpa por algumas reclamações de Collor deve ser creditada "ao que resta da burocracia oficial". E conseguiu irritar ainda mais seu colega: "Não

Frente tenta apressar Carta

Belo Horizonte — Treze governadores de estados se reuniram ontem, em Montes Claros, a 400 quilômetros de Belo Horizonte, e decidiram criar uma frente para apressar os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte e garantir, no plenário, a manutenção da proposta sobre a reforma tributária, feita pela Comissão de Sistematização. Os governadores, em sua maioria de estados nordestinos, abandonaram o que seria o principal item da pauta da reunião, o mandato do presidente Sarney, porque as divergências sobre a questão foram muitas.

O patrocinador do encontro, Newton Cardoso, explicou ao final da reunião que todos os governadores saíram "com o propósito de trabalhar junto aos seus senadores e deputados federais para que a Nação tenha uma Constituição já, um novo texto constitucional o mais rapidamente possível". Ele disse que a duração do mandato do presidente Sarney só não entrou na pauta porque é "assunto passado", ou seja, as posições de cada governador já foram por demais manifestadas.

"Existe entendimento nesse sentido e o doutor Ulysses participa dele. Se houver boa vontade a pauta será invertida e por isso a questão não foi discutida aqui nesse encontro".

Tributária

O governador de Minas Gerais ressaltou que a preocupação maior sua e de seus colegas que foram a

Costa Couto rebate acusação de Collor

Belo Horizonte — O presidente José Sarney não está discriminando estados ou municípios quanto à liberação de recursos federais, ao contrário das denúncias do governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello (PMDB). Quem garante é o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, para quem o presidente José Sarney se preocupa "com todos os 140 milhões de brasileiros".

Costa Couto disse, ainda, que não conhece "nenhum dossiê preparado pelo Palácio do Planalto" contra o governador alagoano. O ministro informou que "é normalmente bem-informado quanto ao que se passa no Planalto".

Montes Claros é com a reforma tributária. Ele acredita que não existem ameaças ao projeto da Comissão de Sistematização da Constituinte sobre a reforma, mas os estados e municípios reclamam uma definição rápida sobre a questão. "Paramos os investimentos. O País parou, à espera de uma nova Carta", acrescentou. Newton Cardoso responsabilizou diretamente a Sistematização pelo atraso dos trabalhos constituintes, embora elogiasse suas propostas para uma divisão dos tributos arrecadados pela União.

Sobre a reunião de Montes Claros, Newton Cardoso pouco falou, exatamente para evitar comentários sobre os incidentes que envolveram principalmente os governadores Fernando Collor de Mello e Fernando César Mesquita, que quase partiram para a agressão física. "Um dia vou colocar o Collor abraçando o Mesquita", prometeu Newton, sem esconder o seu constrangimento. O governador de Minas negou que o encontro tivesse uma pretensão maior — discutir a sucessão do presidente Sarney e a escolha de um candidato do PMDB à Presidência.

"Não tenho outra pretensão a não ser a de terminar bem o meu mandato de governador. Mas, nem por omissão, nem por convicência, deixarei de participar do processo sucessório. Só que aqui em Montes Claros esta questão não foi discutida", afirmou Newton Cardoso.

Para Dias, a pauta deve ser invertida

Curitiba — O governador Alvaro Dias negou ontem nesta capital a discussão sobre a duração do mandato do presidente Sarney durante a reunião dos governadores anteontem, em Minas. Dias, que não ficou para a reunião em Montes Claros, afirmou que a não-discussão desse assunto "foi o mais importante da reunião", que procurou centrar-se em assuntos de interesse dos Estados. Segundo ele, a definição do mandato está a cargo da Assembleia Nacional Constituinte, "o que deve ser definido o mais rápido possível". O governador lembrou ainda que a maioria dos governadores presentes é favorável à inversão da pauta, para discussão prioritária do mandato.

darei ouvidos as alevisias assacadas por um governador que não tem a legitimidade de sequer sentar-se a esta mesa" — respondeu Fernando Collor, enquanto o governador Newton Cardoso, presidindo a reunião, insistia em ordenar os trabalhos. Enquanto falava, Collor esmurruava a mesa, e num momento chegou a derrubar a taça de água de seu colega Geraldo Mello, do Rio Grande do Norte. "Eu exijo respeito" — proclamou Collor.

Dossiê

Fernando Collor reclamou de informações, em sua opinião divulgadas pelo próprio Palácio do Planalto, sobre a existência de um dossiê de suas atividades. Pediu que o documento seja publicado o mais rápido possível "sob pena de cair no descrédito". Com a entrada de assuntos técnicos da pauta, a discussão acabou e Fernando Collor de Mello se levantou. Despediu-se do governador Newton Cardoso, dos ministros, passou longe de Fernando César Mesquita e saiu.

Da tumultuada reunião do Conselho Deliberativo da Sudene, participavam os ministros João Alves, do Interior, Mailson da Nóbrega, da Fazenda e João Batista Abreu, do Planejamento. Também participaram os governadores Alberto Silva (PI); Antonio Carlos Valladares (SE); Epitácio Cafeteira (MA); Fernando Collor de Mello (AL); Fernando Mesquita (Fernando de Noronha); Geraldo Mello (RN); Jerônimo Santana (RO); Jorge Nova da Costa (AP), Orestes Quércia (SP); Tarcísio Buriti (PB); Tasso Jereissati (CE); Moreira Franco (RJ) e Newton Cardoso (MG).

Restrição a horário será votada terça

Diante das repercussões negativas do programa do Partido Social Progressista (PSP), levado ao ar em cadeia nacional, na última quinta-feira, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, disse ontem que a Câmara deverá votar, já na próxima terça-feira, o projeto de lei do senador Afonso Camargo (PTB-PR), que restringe o acesso a horário gratuito de rádio e televisão a partidos que tenham representação no Congresso Nacional. Ulysses explicou que não assistiu ao programa mas que ouviu várias críticas sobre o pronunciamento do presidente do PSP: "A questão deve ser julgada com urgência", disse.

Pedindo desculpas ao povo brasileiro pela agressão de ser obrigado a assistir ao programa do PSP, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), abordou o assunto no plenário da Constituinte, lembrando que a decisão da Rádio JB de não integrar a cadeia nacional mostra que "em nosso País, quando a lei não tem legitimidade, a sociedade rejeita".

"Temos obrigação de dar um basta neste festival de besteira em que estão se transformando os programas políticos. O que vimos foi uma agressão à opinião pública".

Caso de polícia

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, disse que não viu o programa, mas lembrou que há dois anos, quando disputava a prefeitura de São Paulo, abriu processo contra o presidente do PSP, José Alcides Marronzinho de Oliveira.

Carlos Chiarelli, líder do PFL no Senado, classificou a exibição do programa de "caso de polícia". O líder do PDS, senador Jarbas Passarinho, disse que a Justiça Eleitoral agiu corretamente ao determinar a transmissão do programa, frisando que o Judiciário não decide em relação ao que gostaria que fosse ao ar, mas ao que a lei determina.

Já o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, que também negou ter visto o programa, acha que seria razoável que os mesmos critérios usados para inscrição de candidatos valessem para a seleção de presidentes de partidos.

General critica Governo e prevê revolução social

Fortaleza — O general de divisão, Francisco Batista Torres de Melo, que há um mês passou para a reserva depois de se tornar o oficial que mais comandou unidades militares do Exército e força auxiliares, distribuiu ontem, aqui, um manifesto em que denuncia que "a Nação brasileira já se encontra na grande marcha da insensatez e é encaminhada pela incompetência para uma revolução social".

Intitulado "grito da Nação brasileira", o manifesto do general — que é irmão do coronel Arthur Torres de Melo, da reserva do Exército, preso há uma semana por haver publicamente criticado o ministro Leônidas Pires Gonçalves e elogiado o oficial que invadiu com tropas a prefeitura paraense de

Apucarana — crítica e condena o Governo: "Os alicerces da cúpula governamental exalam a podridão da corrupção e nada acontece. Ninguém é preso pela malversação da coisa pública".

Segundo o general Torres de Melo — que, entre outras unidades, comandou a 10ª Região Militar, aqui sediada, e a Polícia Militar de São Paulo, no Governo Paulo Egidio Martins — "foi a quebra da moral pública que levou a vitória a causa de Lenine". Ele indaga: "Será que não estão ouvindo o rufar dos tambores e das guilhotinas da revolução francesa e as forças e a fome da revolução russa?". E em seguida respondeu: "Chega. A lama já tem uma camada profunda de miséria moral".

Família tem tradição militar

Francisco Batista Torres de Melo, 63 anos, sempre foi considerado oficial de linha dura no Exército, e durante seu período de 44 anos na ativa, foi quem comandou o maior número de unidades da instituição e de forças auxiliares. Em 86, deixou o comando da 10ª Região Militar, sediada em Fortaleza, onde nasceu, para assumir a diretoria de divisão de inativos e pensionistas do Exército, em Brasília, seu último cargo, antes de passar para a reserva, há 20 dias. Ele era o mais antigo general de divisão e caiu na compulsória, por ter sido preterido na última lista de promoções e atingido a idade limite.

O general Torres de Melo é

membro de uma família de tradição no Exército: seu irmão Arthur é tenente-coronel da reserva, que cumpre prisão de 20 dias, em Fortaleza, há uma semana, por ter criticado o presidente Sarney e o ministro Leônidas Pires. O outro irmão, José, é major também da reserva. Ambos foram presos em 63, por terem condenado os baixos salários das Forças Armadas. O seu sobrinho, Marco Antônio, filho de Arthur, é capitão da ativa, hoje servindo, como instrutor, no Colégio Militar de Fortaleza. Não gostava de dar entrevistas, principalmente no período que comandou a 10ª Região Militar. E comandou ainda as brigadas militares de Manaus e Corumbá, e a Polícia Militar do Piauí.

O "grito a Nação"

É o seguinte, na íntegra, o texto do manifesto "Grito à Nação Brasileira", do general Torres de Melo:

"Esta declaração representa o "Grito da Nação Brasileira", que se encontra enferma, acometida de grave patologia moral.

Durante 44 anos comandei, estive, mostrei o caminho do dever e da disciplina. Preguei a hierarquia, preceito angular do meu Exército.

"Agora, logo após a minha decisão de passar para a reserva, não irei cometer uma indisciplina, mas apresentar ao meu irmão, Arthur e minha solidariedade plena, compreensível pelos laços de sangue e por isto, justa e digna.

"Ele (Arthur), o capitão de Apucarana, o cel. Chagas, do Paraná, que ficou, também, solidário ao oficial subalterno, não podem ser apenas julgados e anistados pelos atos de indisciplina que cometeram ou mesmo por crime como alguns proclamam. As ações dos oficiais representam um "grito de uma nação doente". Gritos que serão ouvidos nas filas dos ônibus, nas tevês, nos rádios, nas fábricas, no campo ou em qualquer lugar de nosso território, e mesmo dentro dos quartéis, pois o meu Exército é também povo, e o povo é a grande dimensão da Pátria.

"Não adianta prender, condenar, matar, pois eles lutam no campo das ideias e estas não são apagadas pela força das baionetas. As ideias que eles defendem buscam a organização de uma nação livre, digna e soberana, onde o seu povo seja protegido pelo império da lei.

"Presos foram os militares que combateram a escravidão e o Império caiu. Presos foram os meus irmãos Arthur e José, General Manoel Théophile, general Pinto dos Reis e outros, e João Goulart foi exilado... Presos foram Lenine, Danton, Fidel Castro, Voltaire, Zola, Cicero etc, e assistimos a queda do Império Romano, o nascer da Revolução Francesa, a queda dos czares, a vitória das revoluções russa e cubana.

"Cabe agora perguntarmos por que sempre foi assim? E que os homens nas funções de mando perdem a noção da dignidade e se encastelam no clube do poder, bañados pelos medocres e aproveitadores. Só eles estão certos e aqueles que deles discordam, divergem com suas verdades, são considerados subversivos e indisciplinados.

"A Nação brasileira já se encontra na grande marcha da insensatez e é encaminhada pela incompetência para uma revolução social. Foi a quebra moral pública que levou a

istória a causa de Lenine, das so-nhadores da igualdade, liberdade e fraternidade na França e, também o desaparecimento do Império Romano.

"O ex-ministro da Presidência Social, Raphael de Almeida Magalhães, na inauguração de um prédio no Rio de Janeiro, afirmou: "Sei que estou ferindo a lei, mas dei a este prédio o nome do governador Waldir Pires. Não conheço o exmo. sr. governador da Bahia e até pode merecer uma homenagem maior. O escândalo é que o sr. ministro não foi preso por descumprir a lei.

"A doença brasileira é a falta de moral, de ética e de tudo o mais, e como disse um amigo: "O homem de vergonha é uma raça em extinção no País.

"Um economista fez uma palestra e prego a venda do Nordeste brasileiro ao Japão por 250 milhões de dólares. Somos 30 milhões de nordestinos e o nordestino vale apenas oito dólares. O restante seria dado de graça. Toda a imprensa, notícias e nada aconteceu a esse brilhante imbecil. Onde anda a Polícia Federal? Onde anda o Ministério da Justiça? Isto é crime de lesa-pátria. Eu quero meu Nordeste dentro do Brasil.

"Como notícia a imprensa, acaba de sair do Ministério do Planejamento o sr. dr. Aníbal Teixeira. Escândalo e miséria. Os alicerces da cúpula governamental exalam a podridão da corrupção e nada acontece no "Reino da Dinamarca". Ninguém é preso ou punido pela malversação da coisa pública.

"Os escândalos do bancos, dos estados e empresas são apenas produtos de uma sociedade que se degrada e que bate palmas ao homem nu, com a mão no bolso. A mulher nua, que é apenas um religio.

"As universidades se degradaram. Não forma o homem de amanhã. Os escândalos dos vestibulares deveriam corar de vergonha o nosso País. E triste assistir-se a nossa juventude não mais ter fé e esperança. E desgraçado País este que não ama o seu próprio tesouro do amanhã.

"Parece que estamos vivendo os tempos de Maria Antonieta (circo e pão) ou de Rasputin (bacanais). Será que não estão ouvindo o rufar dos tambores e das guilhotinas da Revolução Francesa e as Forças e a fome da Revolução Russa?

"Chega. A lama já tem uma camada profunda de miséria moral. "Meu Deus, quanta ignomínia, quanta insensatez no meu País. Quanta falta de homens".

Sarney não tentará a reeleição, diz Derzi

O presidente José Sarney não será candidato à reeleição em 88 e ele voltará para sua casa depois de seu mandato. A declaração é do senador Rachid Saldanha Derzi, do PMDB, escolhido pelo presidente Sarney para exercer a liderança do Governo do Senado Federal. Presidencialista e defensor do mandato de cinco anos para Sarney, Saldanha Derzi enfatizou que não acredita em eleições em 88 pois elas trariam mais agitação à elaboração da legislação ordinária e complementar, inclusive da legislação eleitoral que deverá reger as próximas eleições.

O senador acusou os governos anteriores pela crise econômica e pelo desequilíbrio vivido pelo País. "A nova República pode ter cometido erros, mas a culpa é da

herança deixada pelos governos anteriores e agora, não poderia deixar de ajudar o presidente Sarney a tentar devolver a ordem ao País, para que o seu sucessor não receba uma herança como aquela que coube ao presidente Sarney", disse o senador.

O senador confessa que inicialmente ficou reticente, quanto a aceitar o convite do Presidente para que se tornasse líder do Governo no Senado. Ele explica que não é um homem vaidoso e que antes de aceitar o convite precisou pensar seriamente as responsabilidades que o cargo acarretaria. A reticência, no entanto, já foi deixada para trás. Ontem, o senador dedicou parte de sua manhã visitando os gabinetes dos senadores.